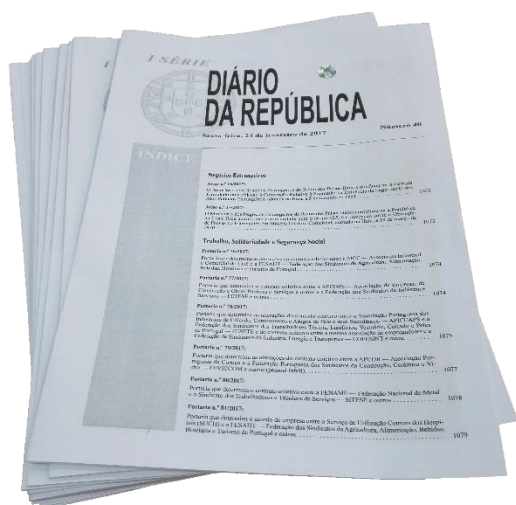


Digesto

NEWSLETTER N.º 18/2019

Período abrangido: 26 de agosto a 6 de setembro de 2019



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

[Portaria n.º 281/2019, de 30 de agosto](#)

Estabelece restrições à circulação rodoviária de automóveis pesados que transportem mercadorias perigosas em cisterna.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Lei n.º 78/2019, de 2 de setembro](#)

Estabelece regras transversais às nomeações para os gabinetes de apoio aos titulares de cargos políticos, dirigentes da Administração Pública e gestores públicos.

[Lei n.º 79/2019, de 2 de setembro](#)

Estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

[Lei n.º 82/2019, de 2 de setembro](#)

Estabelece a responsabilidade da entidade patronal pela formação obrigatória dos trabalhadores em funções públicas e pela renovação dos títulos habilitantes indispensáveis ao desempenho das suas funções, alterando a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à [Lei n.º 35/2014](#), de 20 de junho.

[Lei n.º 103/2019, de 6 de setembro](#)

Altera o Estatuto dos Funcionários Parlamentares, aprovado pela [Lei n.º 23/2011](#), de 20 de maio.

[Lei n.º 104/2019, de 6 de setembro](#)

Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado, e revoga a [Lei n.º 57/2011](#), de 28 de novembro, e o [Decreto-Lei n.º 47/98](#), de 7 de março.

AGRICULTURA

[Portaria n.º 279/2019, de 28 de agosto](#)

Segunda alteração da [Portaria n.º 323/2017](#), de 26 de outubro, que estabelece, para o continente, no âmbito do programa nacional, as normas de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão das vinhas (VITIS), para o período 2019-2023, previsto no [Regulamento \(UE\) n.º 1308/2013](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro.

Portaria n.º 283/2019, de 30 de agosto

Terceira alteração da Portaria n.º 105/2018, de 18 de abril, que define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça nas épocas venatórias 2018-2021 e fixa os períodos, os processos e outros condicionalismos para essas mesmas épocas.

Lei n.º 73/2019, de 2 de setembro

Reinstitucionaliza a Casa do Douro enquanto associação pública e aprova os seus estatutos.

Lei n.º 89/2019, de 3 de setembro

Primeira alteração à Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto, que estabelece o regime jurídico da estruturação fundiária.

AMBIENTE

Portaria n.º 266/2019, de 26 de agosto

Aprova a informação e a sinalética a utilizar pelos produtores e utilizadores de água para reutilização (ApR).

Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto

Altera o regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2019, de 29 de agosto

Aprova as linhas de orientação estratégica e recomendações para a implementação de uma Rede Nacional de Áreas Marinhas Protegidas.

Portaria n.º 280/2019, de 29 de agosto

Altera a Portaria n.º 154/2014, de 5 de agosto, que aprova a delimitação dos perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público localizadas no concelho do Barreiro.

Decreto-Lei n.º 130/2019, de 30 de agosto

Altera os princípios e normas a que deve obedecer a produção cartográfica no território nacional.

Lei n.º 76/2019, de 2 de setembro

Determina a não utilização e não disponibilização de louça de plástico de utilização única nas atividades do setor de restauração e/ou bebidas e no comércio a retalho.

Lei n.º 77/2019, de 2 de setembro

Disponibilização de alternativas à utilização de sacos de plástico ultraleves e de cusetes em plástico nos pontos de venda de pão, frutas e legumes.

Lei n.º 88/2019, de 3 de agosto

Estabelece medidas para a redução do impacto das pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros no meio ambiente.

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

Primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (revoga a [Lei n.º 58/2007](#), de 4 de setembro).

Portaria n.º 293/2019, de 6 de setembro

Fixa os valores das taxas a pagar pelos requerentes dos serviços prestados pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. (APA), no exercício das competências previstas no [Decreto-Lei n.º 108/2018](#), de 3 de dezembro, retificado pela [Declaração de Retificação n.º 4/2019](#), de 31 de janeiro.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Lei n.º 66/2019, de 26 de agosto

Autoriza o Governo a criar um sistema de recolha, registo e análise de dados sobre a ciência e tecnologia.

Despacho n.º 7557/2019, de 26 de agosto

Procede à atualização do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico.

Decreto-Lei n.º 123/2019, de 28 de agosto

Altera o Estatuto do Bolseiro de Investigação.

Decreto-Lei n.º 133/2019, de 3 de setembro

Aprova o regime jurídico do ensino superior ministrado a distância.

CULTURA

Portaria n.º 262/2019, de 26 de agosto

Primeira alteração da [Portaria n.º 227/2012](#), de 3 de agosto, que fixa a estrutura nuclear das Direções Regionais de Cultura.

Portaria n.º 263/2019, de 26 de agosto

Primeira alteração da [Portaria n.º 223/2012](#), de 24 de julho, que aprova a estrutura nuclear da Direção-Geral do Património Cultural.

Portaria n.º 264/2019, de 26 de agosto

Regula a utilização das verbas previstas no artigo 29.º da [Lei n.º 26/2015](#), de 14 de abril, na sua redação atual.

Portaria n.º 265/2019, de 26 de agosto

Aprova o conteúdo mínimo da minuta do plano plurianual de gestão das unidades orgânicas previstas no regime jurídico de autonomia de gestão dos museus, monumentos e palácios.

Lei n.º 81/2019, de 2 de setembro

Cria a rede de Teatros e Cineteatros Portugueses.

Lei n.º 92/2019, de 4 de setembro

Estabelece as utilizações permitidas de obras em benefício de pessoas cegas, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2017/1564](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de setembro, e descriminaliza a execução pública não autorizada de fonogramas e videogramas editados comercialmente (Décima quarta alteração ao [Decreto-Lei n.º 63/85](#), de 14 de março, segunda alteração ao [Decreto-Lei n.º 252/94](#), de 20 de outubro, terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 332/97](#), de 27 de novembro, e primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 122/2000](#), de 4 de julho).

DEFESA

Lei Orgânica n.º 3/2019, de 3 de setembro

Estabelece a programação do investimento com vista à conservação, manutenção, segurança, modernização e edificação de infraestruturas militares da componente fixa do sistema de forças e estabelece as disposições sobre a gestão dos bens imóveis afetos à defesa nacional disponibilizados para rentabilização, tendo em vista a aplicação dos resultados obtidos nas medidas e projetos nela previstos.

Decreto-Lei n.º 135/2019, de 6 de setembro

Altera a composição, as competências, o funcionamento e o processo eleitoral dos conselhos de classes na Marinha.

DESPORTO

[Lei n.º 106/2019, de 6 de setembro](#)

Primeira alteração à [Lei n.º 40/2012](#), de 28 de agosto, que estabelece o regime de acesso e exercício da atividade de treinador de desporto.

ECONOMIA

[Decreto-Lei n.º 128/2019, de 29 de agosto](#)

Altera o regime aplicável às práticas individuais restritivas do comércio.

[Decreto-Lei n.º 129/2019, de 29 de agosto](#)

Assegura a execução na ordem jurídica interna das obrigações decorrentes do Regulamento (UE) [2016/426](#), relativo aos aparelhos a gás.

[Decreto-Lei n.º 131/2019, de 30 de agosto](#)

Aprova o Regulamento de Instalação e de Funcionamento de Recipientes sob Pressão Simples e de Equipamentos sob Pressão.

[Regulamento n.º 686/2019, de 2 de setembro](#)

Institui o Regulamento dos Deveres Específicos de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo das Entidades Gestoras de Plataformas de Financiamento Colaborativo por Donativo ou com Recompensa.

[Lei n.º 86/2019, de 3 de setembro](#)

Visa a criação de programas de promoção e desenvolvimento do ecoturismo (PRE), que serão desenvolvidos pelas Entidades Regionais de Turismo (ERT). Define as diretrizes de desenvolvimento e elaboração dos PRE.

[Lei n.º 105/2019, de 6 de setembro](#)

Primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 134/2015](#), de 24 de julho, que regula a atribuição de um subsídio social de mobilidade aos cidadãos beneficiários, no âmbito dos serviços aéreos e marítimos entre o continente e a Região Autónoma da Madeira e entre esta e a Região Autónoma dos Açores, prossequindo objetivos de coesão social e territorial.

EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

Portaria n.º 267/2019, de 27 de agosto

Procede à criação e regulamentação de cursos com planos próprios na Didáxis - Cooperativa de Ensino, C. R. L., e define as regras e os respetivos procedimentos da conceção e operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens dos alunos.

Portaria n.º 268/2019, de 27 de agosto

Procede à criação e regulamentação de cursos com planos próprios no Colégio Salesianos Porto, e define as regras e os respetivos procedimentos da conceção e operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens dos alunos.

Portaria n.º 269/2019, de 27 de agosto

Procede à criação e regulamentação de cursos com planos próprios no Colégio de São Gonçalo e define as regras e os respetivos procedimentos da conceção e operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens dos alunos.

Portaria n.º 270/2019, de 27 de agosto

Procede à criação e regulamentação de cursos com planos próprios no Colégio de São Miguel de Fátima e define as regras e os respetivos procedimentos da conceção e operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens dos alunos.

Portaria n.º 271/2019, de 27 de agosto

Procede à criação e regulamentação do Curso com Plano Próprio de Manutenção e Decoração Hoteleira na Casa Pia de Lisboa, I. P., e define as regras e os respetivos procedimentos da conceção e operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens dos alunos.

Portaria n.º 272/2019, de 27 de agosto

Procede à criação e regulamentação de cursos com planos próprios no Colégio de Gaia e define as regras e os respetivos procedimentos da conceção e operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens dos alunos.

Portaria n.º 273/2019, de 27 de agosto

Procede à criação e regulamentação do Curso com Plano Próprio de Educação Social na Escola de Formação Social e Rural de Lamego e na Escola Monsenhor José Galamba de Oliveira e define as regras e os respetivos procedimentos da conceção e operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens dos alunos.

Portaria n.º 274/2019, de 27 de agosto

Procede à criação e regulamentação de cursos com planos próprios no Instituto Educativo de Souselas e define as regras e os respetivos procedimentos da conceção e operacionalização do currículo, bem como da avaliação e certificação das aprendizagens dos alunos.

Portaria n.º 275/2019, de 27 de agosto

Cria e regulamenta as condições de funcionamento das Unidades de Apoio ao Alto Rendimento na Escola (UAARE).

Lei n.º 96/2019, de 4 de setembro

Estabelece a gratuidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória na rede pública do Ministério da Educação, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 47/2006](#), de 28 de agosto, que define o regime de avaliação, certificação e adoção aplicável aos manuais escolares e outros recursos didático-pedagógicos do ensino básico e do ensino secundário, bem como os princípios e objetivos a que deve obedecer o apoio socioeducativo relativamente à aquisição e ao empréstimo de manuais escolares.

Portaria n.º 277/2019, de 28 de agosto

Regista os Estatutos do Instituto Politécnico Jean Piaget do Sul.

Lei n.º 75/2019, de 2 de setembro

Estabelece mecanismos de regularização de dívidas por não pagamento de propinas em instituições de ensino superior públicas, e procede à quinta alteração à [Lei n.º 37/2003](#), de 22 de agosto, que estabelece as bases do financiamento do ensino superior.

Lei n.º 94/2019, de 4 de setembro

Primeira alteração à [Lei n.º 38/2007](#), de 16 de agosto, que aprova o regime jurídico da avaliação do ensino superior.

ENERGIA

Portaria n.º 282/2019, de 30 de agosto

Estabelece o procedimento de elaboração, incluindo calendário e demais trâmites, do estudo sobre os impactos de medidas e eventos extramercado registados no âmbito da União Europeia, previsto no n.º 1 do artigo 4.º do [Decreto-Lei n.º 74/2013](#), de 4 de junho, na sua redação atual, e revoga a [Portaria n.º 288/2013](#), de 20 de setembro, com as alterações introduzidas pela [Portaria n.º 225/2015](#), de 30 de julho.

FINANÇAS

Lei n.º 69/2019, de 28 de agosto

Assegura a execução na ordem jurídica interna do Regulamento (UE) [2017/2402](#) do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2017, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada.

Decreto-Lei n.º 126/2019, de 29 de agosto

Autoriza a implementação de projetos experimentais desenvolvidos com recurso ao mecanismo do «direito ao desafio».

Decreto-Lei n.º 132/2019, de 30 de agosto

Procede à revisão das carreiras especiais da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Portaria n.º 285/2019, de 3 de setembro

Primeira alteração à Portaria n.º 374-A/2017, de 31 de outubro.

Portaria n.º 286/2019, de 3 de setembro

Aprova a nova declaração de modelo oficial n.º 27, relativa à contribuição extraordinária sobre o setor energético, e respetivas instruções de preenchimento.

Lei n.º 97/2019, de 4 de setembro

Primeira alteração, por apreciação parlamentar, ao [Decreto-Lei n.º 19/2019](#), de 28 de janeiro, que aprova o regime das sociedades de investimento e gestão imobiliária.

Lei n.º 98/2019, de 4 de setembro

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, em matéria de imparidades das instituições de crédito e outras instituições financeiras, o Regime Geral das Infrações Tributárias e o regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 146/2019, de 4 de setembro

Seleciona os potenciais investidores a participar na fase subsequente do processo de venda direta das ações referentes ao Banco Caixa Geral - Brasil, S. A.

Portaria n.º 289/2019, de 5 de setembro

Regulamenta os aspetos complementares da fatura eletrónica.

HABITAÇÃO

[Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro](#)

Estabelece as bases do direito à habitação.

IGUALDADE

[Lei n.º 71/2019, de 2 de setembro](#)

Regime jurídico do mecanismo nacional de monitorização da implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

INFRAESTRUTURAS

[Portaria n.º 284/2019, de 2 de setembro](#)

Primeira alteração da [Portaria n.º 57/2018](#), de 26 de fevereiro, que regula o funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e aprova os modelos de dados a transmitir ao Portal BASE para efeitos do disposto no CCP.

JUSTIÇA

[Lei n.º 67/2019, de 27 de agosto](#)

Décima sexta alteração ao Estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela [Lei n.º 21/85](#), de 30 de julho.

[Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto](#)

Aprova o Estatuto do Ministério Público.

[Lei n.º 70/2019, de 2 de setembro](#)

Regula o exercício da profissão de criminólogo.

[Lei n.º 80/2019, de 2 de setembro](#)

Assegura formação obrigatória aos magistrados em matéria de direitos humanos e violência doméstica, procedendo à terceira alteração à [Lei n.º 2/2008](#), de 14 de janeiro, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

Lei n.º 85/2019. De 3 de setembro

Altera o Código Civil, revogando o instituto do prazo internupcial.

Portaria n.º 287/2019, de 3 de setembro

Primeira alteração da Portaria n.º 112-A/2011, de 22 de março, que vincula vários serviços e organismos do Ministério das Finanças e da Administração Pública à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa.

Lei n.º 91/2019, de 4 de setembro

Estabelece o regime da resolução dos conflitos de jurisdição entre os tribunais judiciais e os tribunais administrativos e fiscais, regulando a composição, a competência, o funcionamento e o processo perante o tribunal dos conflitos.

Lei n.º 101/2019, de 6 de setembro

Altera o Código Penal, adequando os crimes de coação sexual, violação e abuso sexual de pessoa internada ao disposto na Convenção de Istambul, e o Código de Processo Penal, em matéria de proibição e imposição de condutas.

Lei n.º 102/2019, de 6 de setembro

Acolhe as disposições da Convenção do Conselho da Europa contra o Tráfico de Órgãos Humanos, alterando o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Decreto-Lei n.º 134/2019, de 6 de setembro

Altera o Estatuto do Pessoal do Corpo da Guarda Prisional.

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto do Presidente da República n.º 51/2019, de 4 de setembro

Ratifica o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre a Participação em Eleições Locais e Nacionais de cada Um dos Estados Residentes no Território do Outro, assinado em Lisboa, em 12 de junho de 2019.

PLANEAMENTO

Decreto-Lei n.º 127/2019, de 29 de agosto

Altera o modelo de governação e as regras gerais de aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento.

TRIBUNAIS

[Acórdão \(extrato\) n.º 365/2019, de 4 de setembro](#)

Tribunal Constitucional

Não julga inconstitucional a norma extraída da conjugação do disposto no artigo 4.º, n.º 1, alínea I), do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015, de 2 de outubro, com o previsto no artigo 62.º, n.º 1, do Regime Geral das Contraordenações, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de setembro, no sentido de que a data que releva para determinar o tribunal competente em razão da matéria é a da apresentação a juízo do processo de impugnação de coima pelo Ministério Público.

REGIÕES AUTÓNOMAS

AÇORES

[Lei n.º 72/2019, de 2 de setembro](#)

Estabelece o regime jurídico da regularização dos «chãos de melhoras».

SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 125/2019, de 28 de agosto](#)

Altera o regime jurídico a que ficam sujeitos a abertura, a modificação e o funcionamento dos estabelecimentos prestadores de cuidados de saúde.

[Lei n.º 84/2019, de 3 de setembro](#)

Dispensa a cobrança de taxa moderadora nos cuidados de saúde primários e demais prestações de saúde, procedendo à décima primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 113/2011](#), de 29 de novembro.

[Lei n.º 87/2019, de 3 de setembro](#)

Reforça a autonomia das entidades do Serviço Nacional de Saúde para contratação de recursos humanos.

[Lei n.º 95/2019, de 4 de setembro](#)

Aprova a Lei de Bases da Saúde e revoga a [Lei n.º 48/90](#), de 24 de agosto, e o [Decreto-Lei n.º 185/2002](#), de 20 de agosto.

SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Portaria n.º 276/2019, de 28 de agosto

Atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal e do subsídio de funeral.

Portaria n.º 290/2019, de 5 de setembro

Cria o Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais - 2.ª Geração.

Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro

Aprova o Estatuto do Cuidador Informal, altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social e a [Lei n.º 13/2003](#), de 21 de maio.

Decreto-Lei n.º 136/2019, de 6 de setembro

Procede à terceira fase de implementação da prestação social para a inclusão, definindo o acesso à medida para crianças e jovens com deficiência.

TRABALHO

Lei n.º 90/2019, de 4 de setembro

Procede à alteração (décima quarta alteração) do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, (terceira alteração) do Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, que regulamenta a proteção na parentalidade, no âmbito da eventualidade maternidade, paternidade e adoção, dos trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente, e à alteração (quinta alteração) do Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril, que estabelece o regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade.

Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro

Altera o Código de Trabalho, aprovado pela [Lei n.º 7/2009](#), de 12 de fevereiro, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela [Lei n.º 110/2009](#), de 16 de setembro.

**Avalie a nossa Newsletter e dê-nos a sua sugestão
através do e-mail:**

digesto@jurisapp.gov.pt

 **Digesto**